

## Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato

### Responsabilidades Orçamentárias e Fiscais

#### Despesas por Blocos de Financiamento

##### Planejamento e Prazos de Execução dos Blocos de Financiamento

Os recursos transferidos em Blocos de Financiamento devem cumprir prazos definidos nos atos normativos específicos de cada componente dos Blocos e nas pactuações descritas nos Planos Municipais de Saúde e a sua prestação de Contas deve ocorrer no Relatório de Gestão e também no Relatório Detalhado do Quadrimestre anterior, conforme definição da Lei Complementar nº 141/12.

##### **COMO CUMPRIR O COMPROMISSO (existem instrumentos de referência para sua realização?)**

Os recursos que forem transferidos aos municípios serão depositados e mantidos em contas específicas abertas para esse fim em instituições financeiras oficiais federais, e a sua movimentação financeira será realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados, conforme disposto na Lei nº 8.080/90, Lei Complementar nº 141/12 e no Decreto nº 7.507/11.

**Para fazer uma boa gestão das contas dos Blocos de Financiamento é necessário que os Instrumentos Orçamentários também se organizem por Blocos, tanto para as receitas como para as despesas.**

##### Referências Bibliográficas:

BRASIL. Decreto no 7.507. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7507.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7507.htm). Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. Lei Complementar no 141. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp141.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp141.htm). Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. GOVERNO DE MINAS GERAIS. CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE MINAS GERAIS. **Manual: Apoio à alimentação do SIOPS**. Belo Horizonte: Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA FAZENDA. SECRETARIA DO TESOIRO FEDERAL. **Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. 6a. Brasília: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Federal, 2014. Disponível em: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU\\_MDF\\_6\\_edicao\\_versao\\_24\\_04\\_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/471139/CPU_MDF_6_edicao_versao_24_04_2015.pdf/d066d42d-14c0-454b-9ab8-6386c9f7b0f8). Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria no 204. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt0204\\_29\\_01\\_2007\\_comp.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt0204_29_01_2007_comp.html). Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria no 768. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0768\\_13\\_04\\_2011.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0768_13_04_2011.html). Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria no 837. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0837\\_23\\_04\\_2009.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0837_23_04_2009.html). Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria no 841. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0841\\_02\\_05\\_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0841_02_05_2012.html). Acesso em: 15 jun. 2016.

**Definição de Blocos.** Fundo Nacional de Saúde - Ministério da Saúde - Governo Federal. Disponível em: <http://www.fns.saude.gov.br/visao/carregarMenu.jsf;jsessionid=08CABBF19DCD4032D897D7D8DC9DE776.server-portalfns-srvjpdf34?coMenu=17>. Acesso em: 15 jun. 2016.